

3 — Nos demais aspectos mantém-se em vigor o disposto no despacho conjunto n.º 290/98, de 26 de Março, dos Ministros das Finanças, Adjunto, da Justiça, da Economia, do Trabalho e da Solidariedade e da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

23 de Fevereiro de 2000. — O Ministro das Finanças, *Joaquim Augusto Nunes Pina Moura*. — O Ministro da Economia, *Joaquim Augusto Nunes Pina Moura*. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade, *Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues*. — O Ministro da Justiça, *António Luís Santos Costa*. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Luís Manuel Capoulas Santos*. — O Ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública, *Alberto de Sousa Martins*.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA SAÚDE

Despacho conjunto n.º 279/2000. — A necessidade de assegurar aos utentes do Serviço Nacional de Saúde a resolução dos seus problemas de saúde em limites de tempo clinicamente aceitáveis levou à criação de um programa especial de acesso com o objectivo imediato de recuperar as listas de espera para actos médico-cirúrgicos, através do aumento temporário da produção dos cuidados de saúde e orientado para a melhoria sustentada do desempenho dos estabelecimentos públicos de saúde.

Este programa foi iniciado pelo despacho n.º 5804/99 (2.ª série), de 26 de Fevereiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 22 de Março de 1999, e enquadrado, jurídica e financeiramente, pela Lei n.º 27/99, de 3 de Maio, pelo Decreto-Lei n.º 285/99, de 26 de Julho, e pelas Portarias n.ºs 787/99 e 818/99, respectivamente de 2 e de 25 de Setembro.

Para dar continuidade ao programa, que tem um horizonte temporal até ao ano de 2002, importa renová-lo para o corrente ano, atribuindo-lhe a necessária e legalmente prevista dotação orçamental adicional e própria.

Assim, ao abrigo do disposto no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 285/99, de 26 de Julho, e no artigo 5.º da Lei n.º 27/99, de 3 de Maio, determina-se:

1 — Mantém-se o Programa para a Promoção do Acesso, aprovado pelo despacho n.º 5804/99 (2.ª série), de 26 de Fevereiro, e pela Portaria n.º 787/99, de 2 de Setembro.

2 — A tabela anexa à Portaria n.º 787/99, de 2 de Setembro, pode ser modificada, nomeadamente pela introdução de outros actos médico-cirúrgicos de áreas onde se verifiquem maiores estrangulamentos ao acesso.

3 — Ao Programa é atribuído, globalmente, o financiamento de 9 milhões de contos.

10 de Fevereiro de 2000. — O Ministro das Finanças, *Joaquim Augusto Nunes Pina Moura*. — A Ministra da Saúde, *Maria Manuela de Brito Arcanjo Marques da Costa*.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS, DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DA REFORMA DO ESTADO E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Portaria n.º 352/2000 (2.ª série). — Decorridos que estão quatro anos da sua aprovação, o quadro do Instituto de Promoção Ambiental, criado pela Portaria n.º 869/94, de 28 de Setembro, apresenta alguns desajustamentos, face às necessidades actuais, que se torna necessário corrigir.

Considerando a premência de atenuar esse desajustamento, emergente da carência de meios humanos indispensáveis à prossecução das suas atribuições:

Ao abrigo do n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 59/76, de 23 de Janeiro:

Manda o Governo, pelos Ministros das Finanças, do Ambiente e do Ordenamento do Território e da Reforma do Estado e da Administração Pública, o seguinte:

É aditado ao quadro de pessoal do Instituto de Promoção Ambiental, constante do anexo à Portaria n.º 869/94, de 28 de Setembro, um lugar de tesoureiro.

É abatido ao referido quadro de pessoal, como contrapartida, um lugar de técnico profissional de biblioteca e documentação — carreira de dotação global.

8 de Fevereiro de 2000. — Pelo Ministro das Finanças, *Fernando Manuel dos Santos Vigário Pacheco*, Secretário de Estado do Orçamento. — Pelo Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território, *Rui Nobre Gonçalves*, Secretário de Estado do Ambiente. — Pelo Ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública, *Alexandre António Cantigas Rosa*, Secretário de Estado da Administração Pública e da Modernização Administrativa.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA CULTURA

Despacho conjunto n.º 280/2000. — Nos termos da alínea b) do n.º 1, do n.º 2 e da parte inicial do n.º 4 do artigo 39.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, da alínea b) do n.º 2 e do n.º 4 do artigo 56.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, ambos de 30 de Novembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 65/93, de 10 de Março, e pela Lei n.º 127-B/97, de 20 de Dezembro, reconhece-se que os donativos concedidos em 1998 à entidade Associação Acordar História Adormecida para o projecto Hands On! Europe 98 — Conferência Internacional dos Museus das Crianças, que foi considerado de interesse cultural, podem beneficiar dos incentivos fiscais ali previstos.

17 de Fevereiro de 2000. — O Ministro das Finanças, *Joaquim Augusto Nunes Pina Moura*. — Pelo Ministro da Cultura, *Catarina Marques de Almeida Vaz Pinto*, Secretária de Estado da Cultura.

Despacho conjunto n.º 281/2000. — Nos termos da alínea b) do n.º 1, do n.º 2 e da parte inicial do n.º 4 do artigo 39.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, e da alínea b) do n.º 2 e do n.º 4 do artigo 56.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, ambos de 30 de Novembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 65/93, de 10 de Março, e ainda pela Lei n.º 127-B/97, de 20 de Dezembro, reconhece-se que os donativos concedidos à entidade Associação Companhia Portuguesa de Bailado Contemporâneo, para o programa de actividades culturais da Associação de 1998, que foi considerada de interesse cultural, podem beneficiar dos incentivos fiscais ali previstos.

17 de Fevereiro de 2000. — O Ministro das Finanças, *Joaquim Augusto Nunes Pina Moura*. — Pelo Ministro da Cultura, a Secretária de Estado da Cultura, *Catarina Marques de Almeida Vaz Pinto*.

Despacho conjunto n.º 282/2000. — Nos termos da alínea b) do n.º 1, do n.º 2 e da parte inicial do n.º 4 do artigo 39.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, e da alínea b) do n.º 2 e do n.º 4 do artigo 56.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, ambos de 30 de Novembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 65/93, de 10 de Março, e ainda pela Lei n.º 127-B/97, de 20 de Dezembro, reconhece-se que os donativos concedidos à entidade Associação Cultural e Juvenil Batoto Yetu Portugal, para as actividades culturais de 1998, que foi considerada de interesse cultural, podem beneficiar dos incentivos fiscais ali previstos.

17 de Fevereiro de 2000. — O Ministro das Finanças, *Joaquim Augusto Nunes Pina Moura*. — Pelo Ministro da Cultura, a Secretária de Estado da Cultura, *Catarina Marques de Almeida Vaz Pinto*.

Despacho conjunto n.º 283/2000. — Nos termos da alínea b) do n.º 1, do n.º 2 e da parte inicial do n.º 4 do artigo 39.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, e da alínea b) do n.º 2 e do n.º 4 do artigo 56.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, ambos de 30 de Novembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 65/93, de 10 de Março, e pela Lei n.º 127-B/97, de 20 de Dezembro, reconhece-se que os donativos concedidos em 1998 à entidade Efémoro — Companhia de Teatro de Aveiro, para as actividades teatrais de 1998, que foi considerada de interesse cultural, podem beneficiar dos incentivos fiscais ali previstos.

17 de Fevereiro de 2000. — O Ministro das Finanças, *Joaquim Augusto Nunes Pina Moura*. — Pelo Ministro da Cultura, a Secretária de Estado da Cultura, *Catarina Marques de Almeida Vaz Pinto*.

Despacho conjunto n.º 284/2000. — Nos termos da alínea b) do n.º 1, do n.º 2 e da parte inicial do n.º 4 do artigo 39.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, e da alínea b) do n.º 2 e do n.º 4 do artigo 56.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, ambos de 30 de Novembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 65/93, de 10 de Março, e pela Lei n.º 127-B/97, de 20 de Dezembro, reconhece-se que os donativos concedidos em 1998 à entidade Grupo de Metais